

Interpelação ao Governo sobre Investimento Público na Saúde, Educação, Transportes e Comunicações

15 de fevereiro de 2018

Intervenção do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta interpelação ao Governo, requerida pelo Grupo Parlamentar do PCP, apresenta-nos a oportunidade de discutir, com alguma profundidade, a situação do investimento público.

Trata-se de uma discussão oportuna, relativamente à qual somos inteiramente coerentes na nossa posição de valorizar a importância do investimento público, realizado de forma criteriosa e racional, para promover a mobilidade de pessoas e bens, a qualidade dos serviços públicos e o desenvolvimento da economia.

Este debate tem lugar quando já se conhecem os dados da execução orçamental até dezembro, que revelam que o investimento público cresceu 20% em 2017.

A Administração Local, em particular, registou o maior crescimento que se explica pela aceleração do Portugal 2020, resolvendo a paralisia em que o encontramos quando chegámos

ao Governo. Apesar de na altura terem passado dois anos desde o início do Programa, não tinham ainda sido lançados quaisquer concursos dirigido às Autarquias, o que bloqueava o seu investimento. Resolvemos os entraves burocráticos e administrativos que nos tinham sido deixados, e lançámos concursos e contratualizámos programas de investimento com as Autarquias, tendo disponibilizado apoios para investimentos de mais de 2.800 M€ nos seus territórios.

Este dinamismo resultou no aumento da contratação pública que, depois de atingir o ponto mais baixo em 2015, cresceu 14% em 2016, sustentando assim o crescimento de 20% no investimento em 2017.

Trata-se de dados que vêm robustecer a confiança dos agentes económicos na situação do país, e reforçam também a confiança de que, seguindo-se ao crescimento de 38% na contratação pública em 2017, em 2018 registaremos os 40% de crescimento no investimento público que orçamentámos.

Esta discussão é também oportuna, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, porque ocorre quando percorremos metade do mandato, e tivemos, portanto, a possibilidade de inverter o caminho de degradação dos serviços públicos, de desinvestimento e de privatizações selvagens.

Se me refiro ao que fez o Governo anterior, não é porque tenha qualquer fixação ou muito menos saudades. Faço-o para que fique absolutamente claro, para esta Assembleia e para os portugueses, quais as opções que o Governo PSD/CDS tomou, como elas prejudicaram o país, e o que desde então tivemos de fazer para recuperar os serviços públicos, e servir melhor o país e os portugueses.

No setor dos transportes, Senhoras e Senhores Deputados, o anterior Governo exercitou a sua obsessão pelas privatizações, sem cuidar do que era melhor para o país e para o interesse público.

Assim se justifica o bizarro de terem prometido tantas obras na rodovia e na ferrovia, e, na verdade, muito poucos projetos técnicos tenham realizado, pois não tencionavam realizar as obras e a própria empresa Infraestruturas de Portugal era para privatizar.

É esse bizarro, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que fez com que tivessem aprovado um Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas que previa investimentos de mais de 2.600 M€ na ferrovia, mas tenham saído do Governo com apenas 2 projetos técnicos realizados, que representam menos de 1,5% do investimento previsto.

Perante este cenário, o que fizemos? Concentrámos os esforços na execução de projetos, na realização dos estudos ambientais que faltavam e no lançamento de concursos, para poder depois iniciar as obras.

Conseguimos, assim, ter hoje importantes obras no terreno, como a modernização da Linha do Norte e a eletrificação da Linha do Minho. E no próximo mês daremos início também à modernização do troço entre Elvas e a fronteira, bem como à modernização da Linha da Beira-Baixa, entre a Covilhã e a Guarda, que permitirá reabrir a ligação entre essas duas cidades, que estava desativada há cerca de uma década.

Marcaremos, assim, um momento de viragem na história da ferrovia portuguesa, que há várias décadas registava apenas o encerramento de linhas, mas que em breve irá celebrar uma reabertura.

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, mais marcante ainda será, também no próximo mês, o lançamento do concurso para a construção do maior troço de linha férrea

dos últimos 100 anos em Portugal: a linha entre Évora e Elvas, que irá ligar o porto de Sines à fronteira.

A preparação deste investimento foi um processo longo e cheio de surpresas.

Desde logo porque, ao contrário do que esperávamos, o anterior Governo não tinha realizado o projeto; e, pior ainda, nem sequer tinha contratado a sua execução.

Enquanto resolvíamos este contratempo, fomos novamente confrontados com mais uma surpresa: a caducidade da Declaração de Impacto Ambiental, obrigando-nos a realizar um novo estudo ambiental, a a nova submissão à Agência Portuguesa de Ambiente.

Foi um caminho difícil e moroso, mas superámos todos os obstáculos, pelo que no próximo mês iremos lançar o maior concurso desde há muitos anos para intervenções na ferrovia, no valor de 400 M€.

É com iniciativas como estas que ao crescimento de 50% no investimento na ferrovia que concretizámos em 2017, somaremos em 2018 um crescimento ainda superior, superando os 350 M€ de investimento no setor na ferrovia.

Também no setor ferroviário, o anterior Governo deixou degradar brutalmente o serviço prestado pela CP e tentou privatizar as linhas mais rentáveis, a começar pela Linha de Cascais, conforme consta no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, que o anterior Governo aprovou.

O que fizemos? Em vez de seguirmos a opção pela privatização, investimos na melhoria dos serviços. E, uma vez mais, os resultados vieram dar-nos razão, com o número de passageiros a crescer 6,3% só no último ano.

Nos transportes urbanos, o anterior Governo tentou privatizar o Metropolitanos de Lisboa e do Porto, bem como a Carris e os STCP, sem cuidar do que era melhor para as populações.

O que fizemos? Assegurámos a manutenção dessas empresas no setor público, investimos em novos equipamentos e na recuperação dos atuais e estamos a preparar investimentos na expansão das redes de metropolitanos

Como resultado, os níveis de serviço melhoraram e o número de passageiros aumentou em todas as empresas.

No transporte aéreo, o anterior Governo optou pela privatização integral da ANA, antecipando as receitas e tornando financeiramente inviável a construção de um novo aeroporto em Lisboa.

O que fizemos? Acordámos com os novos donos da ANA a solução Portela + 1, estabilizando as perspetivas para o aumento de capacidade aeroportuária de Lisboa e viabilizando investimentos em Lisboa e nos restantes aeroportos nacionais.

Como resultado, o tráfego nos aeroportos cresceu mais de 33% nestes dois anos, dando um grande impulso ao turismo e à economia em geral.

O anterior Governo vendeu a TAP à pressa, quando tinha já sido demitido, aqui nesta Assembleia, e acordando condições que levariam a que hoje o Estado não tivesse qualquer participação na empresa.

O que fizemos? Renegociámos o acordo com os acionistas privados, assegurando que o Estado se mantém como o maior acionista, e estabilizámos a situação da empresa, criando as condições para que a TAP, apenas no ano passado, tenha crescido 22% em número de passageiros e 28% em receitas.

Nas telecomunicações, por pura opção ideológica, privatizaram integralmente os CTT, quando o memorando assinado com a Troika impunha a privatização apenas parcial da empresa.

Optaram, assim, por sacrificar os interesses de Portugal e dos portugueses à antecipação de receitas e à obsessão de tudo privatizar.

Perante as condições de privatização que assinaram, o que fizemos? Mantivemos uma colaboração estreita com a ANACOM, a quem cabe fiscalizar o cumprimento, pelos CTT, dos Indicadores de Qualidade de Serviço, e que recentemente propôs Indicadores de Qualidade de Serviço bem mais exigentes do que os existentes. E demos, ainda, início a um programa de trabalho, envolvendo um vasto conjunto de entidades, no sentido de encontrar as melhores soluções para que os CTT se mantenham uma empresa de referência na qualidade de prestação de serviços postais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Em dois anos de Governo conseguimos recuperar muitas das situações de abandono e desinvestimento a que o anterior Governo tinha votado os transportes públicos.

Investimos na melhoria dos serviços e aumentámos o número de passageiros das empresas de transportes.

Preparámos os projetos de investimento e lançámos os concursos para as obras que estão agora a chegar ao terreno, fazendo crescer o investimento público, de forma racional e criteriosa, para concretizar os projetos que desenvolvem a economia e impulsionam a coesão.

Porque acreditamos nos Serviços Públicos, no Investimento Público criterioso porque não estamos aqui com reserva mental, apenas a assistir à destruição de empresas e serviços com o objetivo de verificar a sua privatização.

Muito obrigado.